

Rio de Janeiro, 29 de março 2012

“OS ITALIANOS NA POLÍTICA BRASILEIRA”

por Fabio Porta

O tema é interessante e, diria, entusiasmante; principalmente para mim!

Infelizmente, não existe uma historiografia específica sobre o assunto, e este Seminário pode ser considerado – certamente por mim – como momento de estímulo para que seja desenvolvido um trabalho nesse sentido.

Poucos dias atrás estávamos em Roma, na Embaixada Brasileira, apresentando o último trabalho do Professor Angelo Trento (que considero o maior historiador da presença italiana no Brasil) sobre a “história do jornalismo italiano no Brasil”, um tema fortemente ligado à influência dos italianos na política brasileira.

Não sou um historiador e peço antecipadamente desculpas pelas minhas breves considerações não serem baseadas em pesquisas historiográficas. Sou sociólogo de formação e, atualmente, o meu mundo é a política. Sou o representante, no Parlamento Italiano, dos italianos da América do Sul (e, em maneira especial – sendo o único residente no Brasil – daqueles que vivem “in questo bello e meraviglioso Paese”).

Aproveito para agradecer ao Professor Avella, que há muitos meses atrás me convidou para participar deste Seminário, e posso iniciar dizendo que a influência política dos italianos na política brasileira vem de longe: os laços políticos entre os dois Países podem iniciar, ao meu ver, com a chegada no Brasil da Imperatriz Tereza Cristina (livro do Prof. Avella, NdA), a primeira governante brasileira com sangue italiano (aliás, napolitano).

Não existem hoje dúvidas sobre o papel e a influência (direta e indireta) que Tereza Cristina teve em favorecer a chegada dos primeiros grupos de italianos ao Brasil.

Após a criação do Estado unitário italiano em 1860, o fluxo de italianos em direção às Américas, e principalmente (até o final do século) ao Brasil é muito grande.

As análises historiográficas relatam normalmente a grande dimensão desse verdadeiro “êxodo” de pessoas que vieram para o Brasil umas com títulos de terra (propriedade) como a grande emigração no Espírito Santo, na Serra Capixaba, outras para substituir (na maioria dos casos) a mão de obra escrava nas fazendas de café (após a abolição da escravatura).

Mais difícil é encontrar, nessa mesma historiografia, um outro lado da mesma história de emigração: aquela de centenas de intelectuais, anarco sindicalistas, como também pequenos artesãos e comerciantes que deixaram a Itália-unida sob a bandeira da monarquia sabauda não sempre por um razões econômicas, mas político-ideológicas.

O ano passado, no Museu da Emigração Italiana em Roma, tive a honra e o prazer de participar de uma outra apresentação de obra literária sobre a presença italiana no Brasil: a tradução em italiano do livro da Professora Beatriz Pellizzetti (edição em Frances já publicada) sobre a emigração europeia no Brasil. Beatriz Pellizzetti é hoje a única descendente do político italiano Mario Rossi, primeiro a ser eleito a um cargo legislativo aqui no Brasil, no Estado do Paraná.

Rossi era um utopista, daqueles que fundaram a “Colônia Cecília”: tratam-se de experiências onde a utopia solidária e internacionalista dos anarco-socialistas da época encontravam no Brasil um terreno novo e fértil que deu origem a cooperativas de trabalhadores e a instituições de mútuo socorro.

Toda a história do mundo do trabalho e do movimento sindical brasileiro é, na mesma maneira e pelas mesmas origens, fortemente e diretamente ligada à chegada dos anarco sindicalistas italianos.

Aqui também temos um livro que nos ajuda: “Anarquistas graças a Deus”, da italianíssima Zélia Gattai; o livro tornou-se popular através do seriado produzido pela Rede Globo que teve também um discreto sucesso de público na Itália, onde o seriado foi retransmitido (este ano estamos celebrando o centenário do nascimento de Jorge Amado, marido de Zélia Gattai, NdA).

Não existiria o sindicalismo brasileiro, que hoje todo mundo conhece e que teve, na eleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República o seu momento mais alto, sem essa significativa presença de italianos. Nas próximas semanas, em São Paulo, essa “epopéia” será lembrada graças a uma grande exposição fotográfica organizada pela UIM (União dos Italianos no Mundo) e o Centro de Memória Sindical, com o patrocínio da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, o Instituto Italiano de Cultura e a Associação de Amizade Itália-Brasil.

Se as primeiras duas décadas do século passado foram marcadas pela influência dos anarco-sindicalistas no início da organização sindical brasileira, as duas décadas seguintes serão caracterizadas por um fenômeno até hoje pouco claro nas suas reais repercussões na política brasileira: estou falando agora da influência do fascismo, e da relativa ideologia, no Brasil daquela época.

Este ano foi publicada na Itália uma obra intitulada: “ANAUE’ (em língua Tupi “Você é meu irmão”, NdA) – A tentação fascista do Brasil nos anos trinta”, escrito pelo político e sindicalista Vincenzo Fratta.

O livro discorre, principalmente, sobre a influência da ideologia fascista no movimento “AIB – Ação Integralista Brasileira” do intelectual e escritor Plínio Salgado, que influenciou famosos personagens como o João Candido ou o Miguel Reale e que, naturalmente, teve um certo sucesso na comunidade ítalo-brasileira; o mesmo “Estado Novo” de Getúlio Vargas (que, é bom lembrar, foi responsável pela dissolução do AIB) sofreu uma evidente influência de vários aspectos da ideologia fascista.

Falando em fascismo e Mussolini, não podemos deixar de mencionar os acontecimentos ligados à segunda guerra mundial, que tantos problemas causaram às relações ítalo-

brasileiras. O Brasil de Getúlio Vargas entrou em guerra contra o fascismo e o nazismo ao lado dos aliados europeus e norte-americanos enviando, inclusive, tropas para a Itália. Brasileiros, muitos de origem italiana, sacrificaram a própria vida pela nossa liberdade. Uma parte da nossa longa história de amizade que nunca devemos esquecer.

Ao mesmo tempo, como diretas consequências da guerra, foi proibido o uso da língua italiana no Brasil; escolas e “Casa d’Italia” fecharam; até times de futebol (como o “Palestra Italia”) foram obrigados a mudar de nome. Um ferida que não ocorreu em outros países igualmente caracterizados pela grande presença italiana (como a Argentina, por exemplo) e que é um dos motivos de tantos problemas sucessivos inerentes as relações político-culturais entre esses dois povos irmãos, o italiano e o brasileiro.

A presença italiana na política brasileira é feita assim por homens e mulheres que encontraram neste País o próprio País e, como toda a história da presença italiana no Brasil, torna-se às vezes difícil separar o italiano do brasileiro; o ítalo-brasileiro não é visto aqui como o ítalo-americano nos Estados Unidos (que até hoje são organizados em um verdadeiro lobby político e econômico), mas como um pleno integrante da sociedade onde ele vive. Esse aspecto está presente na política como em todos os setores da vida social, econômica e cultural.

Mesmo assim, devemos destacar os Presidentes da República ítalo-brasileiros: Pascoal Ranieri Mazzilli (25.08 a 08.09.1961; 02.04 a 15.04.1964); Emilio Garrastazu Medici (30.01.1969 a 15.03 1974); Itamar Franco.(29.12.1992 a 01.01.1995). O ex-Presidente Lula é casado com Marisa Letícia Rocco, filha de italianos por parte materna e paterna; uma mulher que teve um importantíssimo papel na vida política do marido.

O maior opositor político do Presidente Lula, o ex-Governador do Estado de São Paulo José Serra, é orgulhosamente filho de italianos; italianos (como Serra com dupla cidadania) são o ex Embaixador brasileiro na Itália Andrea Matarazzo e o Senador Eduardo Suplicy, descendentes da mesma família italiana mas adversários políticos aqui no Brasil.

Em quase vinte anos de vida brasileira, tive a oportunidade pessoal de conhecer muitos políticos ítalo-brasileiros, de quase todos os partidos: Governadores, como Blairo Maggi, Renato Casagrande e Orestes Quécia; Prefeitos, como o Fortunatti de Porto Alegre ou a Vice de São Paulo, Alda Marco Antonio; Secretários de Estado, como o meu amigo Plínio Sarti, Deputados, como Borghetti, Tripoli, Molon, Zarattini; Ministros, como Gilberto Carvalho, Carlos Lupi, Ricardo Berzoini, Antonio Palocci, Luis Dulci, Aloísio Mercadante.

Ítalo-descendentes, mas também italianos “natos”, como é o caso do ‘genovês’ Mantega (Ministro do Planejamento) ou do ‘viareggino’ Puccinelli (Governador do Mato Grosso do Sul).

Uma relação de grande amizade e laços políticos que não sempre a política italiana valorizou na melhor maneira. Nesse sentido, me parece justo destacar o grande papel do ex Primeiro Ministro e Ministro de Relações Exteriores Massimo D’Alema. Convencido do grande papel do Brasil no cenário político internacional, em 1998 D’Alema convidou o então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, na ‘cumbre’ em Firenze de líderes progressistas mundiais, ao lado de Tony Blair e Bill Clinton.

Em 2006, D’Alema (na época Ministro do Exterior) foi o único líder político europeu presente na posse do segundo mandato do Presidente Lula (um gesto de amizade e solidariedade, que selou a grande sintonia política e pessoal entre as duas grande personalidades).

Um patrimônio, o dos políticos de origem italiana no Brasil, que soma-se de forma natural ao grande patrimônio da maior comunidade de ítalo-descendentes fora da Itália; hoje os ítalo-brasileiros são, sem dúvida, mais de 30 milhões e têm destaque não somente no mundo da política, mas da economia, da cultura e da sociedade civil.

Trata-se de uma extraordinária oportunidade de relações institucionais, sociais, políticas e econômicas; para a Itália de hoje, um fortíssimo instrumento de fortalecimento dos

laços com a sexta potência econômica do planeta e, conseqüentemente, do intercâmbio e do desenvolvimento econômico.

Os ítalo-brasileiros deveriam, na minha opinião, ter uma linha especial de atendimento nos processos de reconhecimento de cidadania ‘ius sanguinis’, enquanto hoje – por problemas de escassez de recursos e burocráticos – acontece exatamente o contrário.

Nesse contexto, as relações políticas ítalo-brasileiras podem se tornar cada vez mais fortes devido à grande presença de legisladores brasileiros em todos os níveis (municipal, estadual e federal): no próximo 11 de maio, a Câmara Municipal de São Paulo organizará um Seminário Político com a presença de legisladores dos dois Países que se concluirá com a criação de um “Grupo de amizade política ítalo-brasileiro” integrado por Vereadores, Deputados e Senadores da Itália e do Brasil.

Ainda neste ano, em Roma, estamos organizando a próxima reunião da Comissão parlamentar ítalo-brasileira; um órgão oficial, institucionalizado através de um específico protocolo de intenções entre as duas Câmaras dos Deputados, composto por oito deputados brasileiros e oito italianos, em representação dos principais partidos políticos. A Comissão se reúne a cada dois anos e tem como objetivo uma maior integração dos trabalhos das duas Câmaras e a individualização de objetivos comuns que podem ser conseguidos também através da atividade legislativa.

Tenho muito orgulho de ser o único parlamentar italiano residente no Brasil; esse foi o motivo que me levou a constituir, dois anos atrás, a Associação de Amizade Itália-Brasil. A nossa Associação acredita na importância estratégica, para os dois Países, do fortalecimento das nossas relações. É mais uma maneira para valorizar e manter alto o nível das relações político-institucionais entre dois Países que, como poucos no mundo, têm ao mesmo tempo um passado e um futuro a ser compartilhado.